

Por que Bandeirantes é um exemplo?

■ A inclusão dos serviços farmacêuticos na saúde pública, no Município de Bandeirantes (PR), sacudiu o setor, dando-lhe qualidade e baixando os seus custos. Eles transformaram a saúde do Município numa referência e mostraram o quanto o farmacêutico é imprescindível no contexto sanitário.

Bandeirantes é uma cidade do interior do Paraná, e tem cerca de 33 mil habitantes. Foi fundada, em 1930, e cresceu em torno da Estação Ferroviária do antigo povoado de Invernada. Como outras cidades do interior, ela registra pouco índice de poluição, a sua gente é tranquila, tem a Praça da Matriz como um ponto de encontro e alguns problemas. Mas há algo que a difere de outras cidades: Bandeirantes não tem problema na assistência farmacêutica. O segredo está na assistência farmacêutica pública de



Farmacêutica Natália Guerra, Secretária de Saúde de Bandeirantes: "Com a organização do serviço, podemos dizer que, hoje, 97% de todas as receitas que chegam às unidades de saúde do Município são atendidas".

alta qualidade, focada nos serviços farmacêuticos, prestada pela Prefeitura bandeirantense.

Bandeirantes é uma referência em saúde. Conseguiu alcançar a excelência no setor, porque soube convergir para o foco gestor os elementos imprescindíveis para isso. Assim, presta assistência básica farmacêutica de qualidade, ao tempo em que consegue, com os mesmos recursos que são repassados aos demais Municípios brasileiros, investir em infra-estrutura e contratação de pessoal. Bandeirante é uma prova de que, em saúde, não há milagre, mas gestão, recursos e boa vontade política.

De acordo com a Secretária de Saúde de Bandeirantes, farmacêutica Natália Guerra, os bons resultados adquiridos no quadro geral da saúde do Município são frutos da redução de gastos com medicamentos, conquista obtida, após a instalação da farmácia de manipulação municipal. "Até 2003, se gastava R\$ 8,00 por habitante/ano, só com medicamentos para a assistência básica farmacêutica. Em 2006, o gasto caiu para de R\$ 4,00, por habitante/ano", informa Natália Guerra.



Laboratório de manipulação de cápsulas da farmácia municipal de Bandeirantes (PR)



Balcão de atendimento da farmácia municipal, antes e hoje

FINANCIAMENTO - O Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, através da Portaria número 3.237, publicada no dia 24 de dezembro de 2007, aprovou as normas de execução e financiamento da assistência farmacêutica na atenção básica em saúde. De acordo com o texto da Portaria, o financiamento da assistência farmacêutica básica é responsabilidade das três esferas de gestão: União, Estados (e Distrito Federal) e Municípios.

Os valores mínimos a serem aplicados em medicamentos do elenco de referência são os seguintes: R\$ 4,10 por habitante/ano (União), R\$ 1,50 por habitante/ano

(Estados e Distrito Federal) e R\$ 1,50 por habitante/ano (Municípios).

Nas esferas de financiamento, os Municípios cumprem a última fase. Eles estão mais próximos do usuário e, por falta de organização, acabam aplicando recursos próprios, além do que é exigido pela Portaria Ministerial número 3.237 (que seria de R\$ 1,50 por habitante/ano). Assim, alguns Municípios brasileiros chegam a gastar mais de R\$ 10,00 por habitante/ano. Bandeirantes usa R\$ 4,00 de recursos próprios na compra de medicamentos para a assistência farmacêutica básica.

AS AÇÕES - Segundo a Secretária Natália Guerra, para que fosse possível investir na qualidade do atendimento farmacêutico, o Município teve que desencadear várias ações administrativas, organizacionais e normativas. Tudo começou, em 2005, com a criação do cargo de farmacêutico para o Município, a construção da Central de Abastecimento Farmacêutico e a reforma e ampliação da Farmácia Básica.

No mesmo ano, Bandeirantes passou a contar com uma farmácia de manipulação municipal, a informatização do atendimento e a contratação (por concurso público) de duas farmacêuticas. Junto, foi autorizada a realização de um novo concurso para contratação de mais dois farmacêuticos, além de treinamento e capacitação de auxiliares e de prescritores (médicos e odontólogos). “Com a organização do serviço, podemos dizer que, hoje, 97% de todas as receitas que chegam às unidades de saúde do Município são atendidas”, afirma a Secretária municipal de Saúde.

A criação da farmácia de manipulação municipal, em 2005, proporcionou a Bandeirante uma economia que foi reuplicada em

infra-estrutura. “Ao invés de comprarmos medicamentos, passamos a manipulá-los e, assim, diminuímos o custo. Em dois anos, o Município deixou de gastar quase R\$ 270 mil, usando medicamentos manipulados por farmacêuticos da unidade municipal”, ressalta Natália Guerra.

A farmacêutica explica que a implantação da farmácia de manipulação e a conseqüente redução de custos com medicamentos resultaram, inclusive, numa mudança de postura do usuário em relação aos manipulados. “No ano de 2005, passamos por várias mudanças na metodologia de ação desta farmácia, até que, em 2006, começamos a colher os frutos deste trabalho. Hoje, contamos com 38 princípios ativos para manipulação, além de associações e assim, vamos conquistando a confiança do usuário”, explica a Secretária de Saúde.

COMO É POSSÍVEL TANTA CONQUISTA – Por que Bandeirantes consegue registrar resultados tão proveitosos em assistência farmacêutica (distribuição de medicamentos e serviços farmacêuticos) a custos tão inferiores da média nacional? E por que outros Municípios registram indicadores tão pessimistas nesse setor, mesmo gastando três ou mais vezes?

FALTA DE ORGANIZAÇÃO - Para o Conselheiro Federal de Farmácia pelo Paraná, Valmir de Santi, o grande problema da saúde pública é a falta de organização. Ele explica que os recursos vindos da União e dos Estados chegam aos Municípios numa escala maior do que o valor que era repassado, há dois anos, e, mesmo assim, o serviço prestado não é de qualidade.

O problema, segundo Valmir de Santi, começa, quando os recursos chegam aos Municípios. Muitos não possuem estrutura para efetuar

a aquisição dos produtos dentro dos parâmetros desejáveis, inclusive não contam com o farmacêutico em seus quadros. “O farmacêutico é o único profissional com competência técnica e legal para fazer o mapeamento epidemiológico do lugar e, com base nesse estudo, realizar a seleção dos medicamentos a serem adquiridos”, explica o Conselheiro Federal de Farmácia.

Sem o farmacêutico e o mapeamento epidemiológico, a aquisição será mal-feita e o prejuízo é certo, salienta Valmir de Santi. Ou os Municípios compram menos, porque o medicamento é mais caro – e, nesta hipótese, parte da população não será beneficiada -, ou compram mais, o que gera desperdício.

COMO O FARMACÊUTICO CONSEGUE BARATEAR CUSTOS - O Conselheiro pelo Paraná cita um exemplo prático de compra mal-feita. Uma administração municipal, por desorganização e/ou por falta de informação, adquiriu medicamentos, em farmácias particulares (ou farmácias comunitárias) com “descontos” que variavam de 5% a 10%. O administrador acreditou ter feito um bom negócio, ao conseguir os descontos.

Acontece que um farmacêutico que optasse por genéricos ou similares, conseguiria reduzir o valor da compra em até 1/3, o que representa um desconto (real) de 75%. “Em verdade, descontos reais muito maiores podem ser conseguidos, se os parâmetros forem outros e se a compra for realizada por um farmacêutico que tem poder de negociação diretamente com fabricantes ou distribuidores”, informa Valmir de Santi. O Conselheiro lembra que o farmacêutico é o profissional preparado para decidir pelo tipo de medicamento (se de referência, genérico ou similar) a ser dispensado.

Cadeia de problemas decorre da falta de serviços farmacêuticos

Vários problemas podem ser consequência da falta dos serviços farmacêuticos, nas unidades de saúde pública. O primeiro deles é o acesso aos produtos. Grande parte deles não chega às unidades, por conta de compras equivocadas ou da quantidade não planejada.

Dr. Valmir de Santi explica que, no ciclo da assistência, a primeira atividade desenvolvida pelo farmacêutico é a de selecionar um grupo de medicamentos que atendam aos receituários. É o ponto de partida para se evitar o desperdício. A compra pode ser feita, via pregões, tendo-se por objetivo a diminuição do preço.

Contudo, se o Município não tem em seus quadros o farmacêutico, responsável por fazer todo o planejamento, corre-se o risco de um grande desperdício com a compra de medicamentos, com o prazo de validade vencido ou próximo de vencer, sem falar no armazenamento feito em condições inadequadas. “Nenhum Município pode reclamar de falta de verba federal ou estadual para investir em medicamentos. A reclamação só demonstra a falta de organização”, completa o Conselho Federal.

É comum, também, a unidade de saúde pública dispor do me-

dicamento, mas a dispensação ser incorreta. Segundo Valmir de Santi, existem pelo menos dois trabalhos publicados por universidades sobre o assunto. Os trabalhos, que envolveram pesquisas de campo, constataram que a “entrega” (e não a dispensação) de medicamentos por não farmacêuticos duram, em média, 30 segundos. A duração desse tempo o quanto o usuário fica à míngua de informação, de orientação.

Assim, os problemas multiplicam-se. O medicamento “fornecido” sem o acompanhamento farmacêutico pode não fazer o efeito desejado, o que pode forçar o usuário a procurar outro médico, que possivelmente lhe indicará outro produto. E este, também, será entregue da mesma forma, iniciando-se, assim, uma nova sucessão de erros. “Isso é a expressão do uso irracional de medicamentos, fato que acaba prejudicando, ainda mais, a saúde do paciente e, assim, os recursos nunca serão suficientes”, comenta Santi.

Na realidade, grande parte dos Municípios está mergulhada em total irracionalidade, quando o assunto é assistência farmacêutica. O usuário não usa bem o medicamento. O uso inadequado, por sua vez, faz com que o medicamen-



O Conselho Federal de Farmácia pelo Paraná, Valmir de Santi, declara que os Municípios não percebem a importância do trabalho de gestão, no ciclo do medicamento

to não produza o efeito desejável. O insucesso terapêutico gera a manutenção do problema de saúde ou o seu agravamento, o que resulta em novas consultas, novos exames. As consultas derivam em mais medicamentos que, por sua vez, desencadeiam mais despesas para os cofres públicos e privados, sem contar o tanto que gera de novos problemas de saúde.

“Parece-me que os Municípios não enxergam o quanto o trabalho de gestão, no ciclo do medicamento, é importante para a redução do desperdício. O farmacêutico atua, desde a minimização dos custos, o que garante mais compra, até a promoção do atendimento com qualidade, o que assegura a melhoria da saúde e o resultado positivo no serviço prestado”, ressalta Valmir de Santi.

Custos com assistência farmacêutica podem ser reduzidos pela metade



Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos: "A presença do farmacêutico nas unidades de saúde é decisiva. É ela que vai garantir o acompanhamento terapêutico, a orientação sobre a dosagem, a prevenção contra as interações medicamentosas".

O Governo Federal investe, atualmente, cerca de R\$ 1,0 bilhão em medicamentos na atenção básica. Se considerarmos, ainda, o investimento dos Estados e Municípios, teremos, no mínimo, R\$ 2 bilhões investidos pelo setor público somente em medicamentos.

Por outro lado, se for levada em conta o que afirma a Organização Mundial de Saúde (OMS), que "50% de todos os medicamentos são prescritos, dispensados ou utilizados de forma incorreta", o resultado é que pelo menos R\$ 1 bilhão é desperdiçado, no Brasil. É neste contexto que o farmacêutico figura como a diferença.

"A ausência de um farmacêutico no serviço público pode levar o Município a gastar, no mínimo, o dobro do que gastaria, se contasse com o profissional para realizar a aquisição, a dispensação e o acompanhamento adequado do uso do medicamento", revela Valmir de Santi.

Como não há organização no

ciclo de medicamentos, nas unidades públicas dos Municípios, o próprio contribuinte acaba pagando a conta. Em algumas regiões, o investimento municipal na compra de medicamento para a assistência farmacêutica básica chega a R\$ 11,00 por habitante / ano. "Bem mais que os R\$ 4,00 gastos, no Município de Bandeirantes, onde o ciclo é organizado", lembra o Conselheiro Federal de Farmácia.

O caminho do Governo Federal é garantir o acesso, melhorando a produção e aumentando o repasse aos Municípios. Já os investimentos em qualificação da assistência farmacêutica cresceram um pouco menos. Para o Conselheiro Federal, talvez avance com a criação do Núcleo de Apoio de Saúde da Família (NASF), que prevê a disponibilização de investimentos para a contratação de profissionais, entre eles o farmacêutico.

De acordo com Valmir de Santi, o Ministério da Saúde poderia ter sido um pouco mais audacioso, quando ampliou o repasse aos Municípios, em 2005 e 2007, pois, com o aumento, poderia ter exigido que parte dele fosse direcionada à contratação de pessoal. E, hoje, o dinheiro só pode ser usado para a compra de medicamentos.

"Uma das propostas que levaremos ao Ministério da Saúde, via CFF, é de que o órgão permita que os Municípios que conseguirem se organizar, também, tenham condições de usar parte do investimento para a contratação de mais farmacêuticos", afirma Valmir de Santi.

CONTRADIÇÃO – A legislação determina que os estabelecimentos de saúde onde se lida com medicamentos tenham um ou mais farmacêuticos. Nem todas as unidades públicas cumprem a determinação, o

que acaba sendo uma desobediência, partindo exatamente de onde não deveria: o Governo.

Os Conselhos Regionais de Farmácia fiscalizam a atuação do profissional, mas cabe às vigilâncias sanitárias realizar a fiscalização dos estabelecimentos. Como são Municipais, as vigilâncias encontram todo tipo de dificuldade, além de outros problemas para desempenhar o seu papel.

A vantagem é que, atualmente, muitos prefeitos já contrataram farmacêuticos para o serviço público. No Estado do Paraná, por exemplo, o número chega a 90%, segundo estima Valmir de Santi. "Eles perceberam que, à medida que o usuário usa melhor o medicamento, ele se interna menos, procura menos o médico e troca menos de medicamento, o que representa mais saúde e menos gasto", completa.

DIFERENÇA – "A presença do farmacêutico, em todas as unidades de saúde, sejam elas públicas ou privadas, é decisiva. É ela que vai garantir o acompanhamento terapêutico, a orientação sobre a dosagem, a prevenção contra as interações medicamentosas". As palavras são do Presidente do Conselho Federal de Farmácia (CFF), Jaldo de Souza Santos.

O presidente do CFF lembra ainda que a falta de uma assistência farmacêutica eficiente impõe prejuízos financeiros à sociedade e coloca em risco a saúde dos cidadãos. Essa omissão do sistema contribui, de forma determinante, para cerca de 30% das internações, no País, que são decorrentes, segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), do uso incorreto de medicamentos.

Pela jornalista Veruska Narikawa, da Assessoria de imprensa do CFF, com a participação do jornalista Aloísio Brandão (redação e edição).